

## Do engenho à escola, da escola ao engenho: análise da construção simbólica da espacialidade escola em “Doidinho” (1932).

**Diego José Fernandes Freire**  
Mestrando PPGH/UFRN

No corrente trabalho pretende-se investigar a dimensão simbólica da espacialidade escola no romance “Doidinho” (1932), do literato paraibano José Lins do Rego (1901-1957). Partindo-se do pressuposto de que os espaços são construções sociais fruto de investimentos físicos e simbólicos, busca-se discutir os sentidos atribuídos a tal espacialidade, central no romance. Na narrativa literária do romancista, a escola ocupa uma função essencial, a de se contrapor ao engenho, em virtude dos significados agenciados pelo autor para forjar de uma determinada maneira aquela espacialidade. O Instituto Nossa Senhora do Carmo, colégio onde se passa a história, revela-se como algo a mais do que uma estrutura de cimento, paredes e salas. Assim, quais os significados mobilizados por José Lins para forjar uma dada imagem da escola? Quais os sentidos utilizados para construir a escola com uma determinada face? De que maneira essa construção discursiva da escola se relaciona com a vida e obra do romancista nordestino? São as perguntas norteadoras do trabalho. Portanto, perscruta-se o aspecto imaterial da espacialidade escola, inquirindo como tal aspecto fabrica uma identidade espacial específica para o local onde José Lins estudou e mais tarde romanceou na obra literária de 1933.

**Palavras chaves:** Doidinho – Escola – Engenho – contraponto espacial

“O primeiro livro de José Lins do Rego como que exigia este segundo, que ele soube fazer com toda a naturalidade que deixara transvazar no primeiro”. Nova York, Arthur Coelho, “Boletim de Ariel”<sup>1</sup>.

### Introdução

Depois de publicar “menino engenho”, em 1932, o romancista paraibano José Lins do Rego apareceu no ano seguinte com um novo romance, significativamente intitulado “Doidinho” (1933). Diferentemente do romance de estréia, publicado pela Anderson Editora, o segundo romance de Zé Lins foi oferecido ao público brasileiro pela editora Ariel, que possuía nos anos 1930 uma pequena gráfica onde também se editava a revista carioca “Boletim de Ariel”. Segundo depoimento de Gastão Cruis, editor de “Doidinho”, este romance saiu com uma tiragem de dois mil exemplares, tendo sido objeto, nos mais diferentes jornais do país, de notícias e apreciação crítica<sup>1</sup>.

Dedicado a Augusto Frederico Schmidt<sup>ii</sup>, Aurélio Buarque de Holanda<sup>iii</sup> e Valdemar Cavalcanti<sup>iv</sup>, “Doidinho” foi também escrito em Maceió, onde desde 1926, já casado, passou José Lins a residir. As duas últimas pessoas a quem dedicou o romance foram

---

<sup>1</sup> MARTINS, E. **José Lins do Rego: o homem e a obra**. João Pessoa: Secretaria da educação e cultura, 1980. COUTINHO, E.; CASTRO, A. B. **José Lins do Rego: fortuna crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

seus amigos de *rodas literárias* em terras alagoanas. O período em que passou neste estado, marcado por uma grande efervescência cultural no meio intelectual, foi de suma importância para o desenvolvimento de sua obra. A partir do final dos anos 1920 e, sobretudo a partir de 1930, ocorreu em Maceió o chamado *modernismo nordestino*, isto é, um forte movimento cultural de renovação das letras influenciado tanto pelo regionalismo-tradicionalismo de Gilberto Freyre como pelo modernismo paulista de Mario e Oswald de Andrade<sup>2</sup>. Centrado na revista alagoana “Novidade”, diversos literatos como Jorge de Lima, Graciliano Ramos, Valdemar Cavalcanti, Aurélio Buarque de Holanda e o próprio José Lins criaram um clima intelectual bastante propício a produção e renovação literária<sup>v</sup>.

O romance de 1933 é uma espécie de continuação do livro de 1932 de José Lins do Rego. O que vemos em “Doidinho” é a história de Carlinhos, outrora menino de engenho, no Instituto Nossa Senhora do Carmo (I.N.S.C), espaço esse já anunciado nas páginas finais do romance de estréia, quando a criança dolorosamente e saudosamente se despede do engenho Santa Rosa, seu paraíso de infância. Tal como “menino de engenho”, é narrado em primeira pessoa e a voz narrativa se confunde com a personagem principal. “Doidinho” é também um romance de memória, fruto de uma reconstrução artística do passado de José Lins do Rego. Em 1909, o autor de “Fogo morto” (1943) foi matriculado no I.N.S.C, em Itabaiana, onde passou três anos estudando<sup>3</sup>. Assim, o livro que pretendemos analisar nas páginas que se seguem reconstrói literariamente essa experiência de infância, os primeiros anos de estudante de José Lins do Rego.

Se é claro e irrefutável que existe uma continuação em termos de enredo entre “menino de engenho” e “Doidinho”, já não podemos dizer a mesma coisa no que diz respeito ao espaço presente na narrativa. Mais do que espacialidades distintas, cremos que existe naquela última produção literária algo que podemos chamar grosseiramente de *confronto espacial*, isto é, o espaço que é construído por Zé Lins no romance de 1933 é feito de modo a torna-lo um Outro do engenho, espacialidade do romance de 1932. Na própria narrativa de “Doidinho”, observamos um claro contraste entre a escola e o engenho, e é justamente esse contraste entre essas duas espacialidades, que chamamos de *confronto espacial*, que almejamos discutir neste breve texto.

---

<sup>2</sup> LEBENSZTAYN, Ieda. “**E as pedrinhas balem**”: a literatura regional, moderna e universal de Alagoas nos anos 1930. Revista **desenredos**. Ano III, N. 05, Abril – Maio – Junho, 2010.

<sup>3</sup> COUTINHO, E.; CASTRO, A. B. **José Lins do Rego**: fortuna crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990. p. 19.

Para percebermos o *confronto espacial* que dizemos existir em “Doidinho” é necessário entrarmos no campo das *representações espaciais*, ou seja, investigarmos os significados, as imagens, os símbolos, os sentidos mobilizados para forjar de uma determinada maneira um espaço. Não há espaço sem significados tecidos pelos homens. Longe de ser mero palco ou suporte para as ações humanas, os espaços participam da vida social, interessam aos homens, os quais lhe atribuem uma série de sentidos historicamente possíveis<sup>4</sup>.

A literatura, tradicionalmente repelida pelos historiadores, constitui-se como fonte essencial para pensarmos o espaço<sup>5</sup>. É na literatura que os espaços aparecem claramente como uma realidade construída, fruto da escrita do literato, produto da capacidade de imaginar e fixar no papel espaços. Por mais que o romancista se pretenda realista – e é o caso de José Lins do Rego –, por mais que queira transpor o real para o texto, a escrita intervirá para mostrar que o espaço foi inscrito na folha, com palavras, adjetivos e nomes.

E na literatura os espaços também não têm uma mera função de palco ou cenário. Desde décadas iniciais do século XX que a teoria literária vem chamando a atenção dos estudiosos para o papel e a função dos espaços nos romances<sup>6</sup>. Segundo Oziris Borges, o espaço nos romances possui diversas funções, que vão desde situar a história e as personagens, passando pelo condicionamento da ação, até chegar à antecipação da narrativa. O espaço nas letras está também bem longe de ser mero ornamento<sup>7</sup>.

Dessa forma, temos que acompanhar a construção simbólica que Zé Lins realizou da espacialidade escola para explicitarmos o *confronto espacial* com o engenho Santa Rosa. É clarificando a feitura simbólica do I.N.S.C que poderemos mostrar a oposição existente entre esta espacialidade e o banguê. Para tal, analisaremos as imagens mobilizadas para construir os espaços do engenho e da escola no romance “Doidinho” (1933). Não centraremos nossa análise no romance de estreia de Lins do Rego, há não ser em poucos momentos, uma vez que o sentido do engenho reaparece também no

---

<sup>4</sup> ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. História e Espaços. In: **Nos destinos de fronteira: História, espaço e identidade regional**. Rcefie: Bagaço, 2008. ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

<sup>5</sup> DIMAS, Antonio. **Espaço e Romance**. São Paulo: Ática, 1985.

<sup>6</sup> BRANDÃO, Luis A. Espaços literários e suas expansões. Revista **Aletria**, Jan-Jun, V. 15, 2007. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/poslit>, acessado em 32 de Abril de 2012.

<sup>7</sup> BORGES, Oziris. **Espaço e literatura: introdução a topoanálise**. Anais do XI congresso internacional da ABRALIC, USP, 2008.

romance de 1933. Embora a história se passe em um colégio, e não em um engenho, veremos que este se faz diversas vezes presente na narrativa.

### **A permanência do engenho**

A presente edição que utilizamos para nossa análise é a 21ª, de 1981, ilustrada pelo pintor Luis Jardim<sup>vi</sup>. Antes de começar a história do romance, temos uma significativa ilustração, feita por aquele pintor. Nela vemos um menino, brincando com uma bola que parece estar sendo jogada por ele para cima, de frente para um engenho. Na ilustração, menino e engenho se destacam, como se o ilustrador quisesse nos dizer que o menino, ainda que entretido com a bola, tinha o engenho diante dos olhos.

Apesar da vida de Carlinhos entrar “em uma nova direção”, com os tempos de colégio, o mesmo não se esquece do engenho. Do início ao fim, Carlos de Melo, como passou a ser chamado na escola, lembra-se do Santa Rosa. Não o esquecerá. Como nos mostra o narrador-personagem, no momento de sua primeira noite no colégio: “dormir com a cama preparada por mim, com lençóis que eu mesmo tirara da mala, fora do meu quarto do Santa Rosa!”<sup>vii8</sup>. Com uma forte dose de drama infantil, o engenho do avô chega na hora em que o menino vai dormir. Ele volta a surgir na mente de Carlos quando este vê uma imagem de Jesus cristo crucificado; “e eu pedia, sim, que ela me fizesse voltar para casa, que os dias corressem, que as semanas voassem”<sup>9</sup>. Junto com a lembrança, vem também a vontade de voltar pra casa, para o doce lar do engenho.

A saudade do banguê também é apontada pelo autor-narrador-personagem: “e aos poucos, como uma dor que viesse picando devagarinho, a saudade do Santa Rosa me invadiu a alma inteira”<sup>10</sup>. Sem dúvida, é a saudade que Carlos sente do engenho que faz com que este não se ausente da história, que apareça varias vezes na narrativa. A saudade do engenho, constante em toda a obra do romancista paraibano, está bastante presente em “Doidinho”, como foi apelidado Carlos, fazendo-o lembrar do Santa Rosa varias vezes e nas variadas situações. Quando os alunos do colégio iam nos fins de semana tomar banho de rio, “era como se fizesse um passeio ao engenho. As águas onde mergulhávamos iam até o Santa Rosa”<sup>11</sup>. A lembrança e a saudade do engenho é tão forte que Carlinhos varias vezes pensou em fugir, largar tudo e voltar pro engenho. E, de fato, é isso que acontece no final do romance.

---

<sup>8</sup> REGO, José Lins. **Doidinho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981, p. 8.

<sup>9</sup> Ibid, p. 8.

<sup>10</sup> Ibid, p. 8.

<sup>11</sup> Ibid, p. 27.

Poderíamos multiplicar as passagens em que o engenho surge na narrativa, através da lembrança saudosa do estudante Carlos de Melo. No entanto, o que queremos enfatizar nesse primeiro momento é simplesmente isso: Carlinhos sai do Santa Rosa, mas o Santa Rosa não sai dele. Mesmo o espaço central da narrativa sendo a escola, o I.N.S.C, o engenho sorrateiramente penetra, surge e ressurge na história. Primeiro, invade o romance através da personagem central, o aluno Carlos, saudoso do engenho. A segunda maneira que este espaço infiltra-se na trama literária é mediante a construção simbólica do colégio.

### **O estudante-prisioneiro na escola-prisão**

A narrativa literária de Zé Lins funda o espaço escolar com um sentido preciso, recorrente em diversas páginas do romance ora em análise, qual seja, a prisão. É esta imagem que é mobilizada para construir o local onde o menino Carlos estuda e onde Zé Lins estudou. Diversas metáforas ligadas ao universo carcerário são agenciadas para instaurar uma dada imagem da escola. Esta aparece no romance “Doidinho” sob o signo do cárcere, da prisão, do ambiente hostil e aprisionador. Acompanhemos esta construção espacial.

Na sua primeira refeição no internato da escola, assim pronuncia-se o narrador-personagem: “Engoli, com um nó na garganta, minha primeira boia de prisioneiro”<sup>12</sup>. Bem diferente da comida do Santa Rosa, a comida no I.N.S.C tem um péssimo sabor para Carlinhos, que a compara aos restos de comida recebidos pelos detentos das cadeias. De fato, é a imagem do detento que o ex-menino de engenho mobiliza para caracterizar sua nova situação. “Os presidiários de seu Maciel”<sup>13</sup>, assim se refere aos alunos do diretor do colégio.

Quando se aproximava o mês de férias, período no qual os alunos voltavam para seus lares, diz-nos o narrador-personagem: “Maio estava quase no fim. E os dias de São João nos sorriam de fora das grandes, com todas as promessas. Olhava para a folhinha da sala de estudos: 29, 30, 31”<sup>14</sup>. A imagem do prisioneiro surge aqui com toda sua clareza; o prisioneiro que espera ansiosamente de trás das grades o fim de sua sentença. Tal como ele, Carlos, estudando no internato escolar, esperava o dia de sua liberdade. Quando finalmente chegava o recesso escolar, uma metáfora do universo carcerário

---

<sup>12</sup> Ibid, p. 5

<sup>13</sup> Ibid, p. 27

<sup>14</sup> Ibid, p. 82.

aparece novamente; “o colégio estava vazio com as férias da Semana Santa. Que caras felizes de libertos apresentavam os meninos nos dias em que se preparavam para sair!”<sup>15</sup>.

Outra imagem muito utilizada na narrativa romanesca para representar a situação dos alunos no colégio consiste na metáfora dos pássaros cativos, das aves aprisionadas. Já nos primeiros dias na escola, a mobiliza para significar o recente espaço: “presos como os canários nos meus alçapões. Acordar à hora certa, comer à hora certa e dormir à hora certa” (REGO, 1981, 8). O confinamento na escola, sob uma intensa disciplina, surge para Carlinhos como um “engaiolamento” que tanto submeteu aos pássaros no Bangüê do seu avô, nos tempos de infância. Juntos com outros estudantes, o ex-menino de engenho estava engaiolado. A imagem da gaiola foi metaforicamente usada para descrever a volta, depois das férias, de um dos alunos amigo de Carlos, Vegara: “viera sozinho no trem, com a cara de quem tivesse sido outra vez apanhado para a gaiola” (REGO, 1981, 61).

A utilização do pássaro ou de certas aves para simbolizar a condição dos estudantes na espacialidade escola é bastante significativa. Tais animais são, tradicionalmente, encarados como símbolos de liberdade. E é este sentido de liberdade, mais precisamente de falta de liberdade, que o narrador-personagem quer reforçar; “voltávamos murchos e calados, como os pássaros criados em casas, que perdem o jeito de voar. Murchos e calados para a gaiola que nos esperava (REGO, 1981, 54). No Santa Rosa, Carlos era “bicho solto”, a correr pelo engenho. Na escola, era “bicho preso”.

Se os estudantes do I.N.S.C eram prisioneiros, pássaros engaiolados, significa então que tal espacialidade era uma prisão<sup>viii</sup>, um cárcere para as crianças. E é justamente assim que o narrador-personagem nos apresenta a escola, dotando-a de um sentido preciso. Quando o seu grande amigo de escola João José (o Coruja) vira um espécie de inspetor escolar, que prestará conta ao diretor, Carlos se expressa com as seguintes palavras: “o colégio, para mim, tornava-se ainda mais uma prisão, uma cadeia” (REGO, 1981, 75). Quando se aproximava os tempos do recesso escolar, a alegria dos estudantes era enorme, pois “a melhor notícia que se podia ter por ali era esta; ir para casa” (REGO, 1981, 13). Chegado de fato o dia de passar as férias no Santa Rosa, de reencontrar o “reino perdido”, o neto do coronel José Paulino se dirige, ainda com a farda da escola, acompanhado por um serviçal do engenho, para a estação de trem e lá, ao conversar com alguém, diz: “explicava satisfeito, sentindo um certo prazer em decifrar para eles as iniciais do meu presídio” (REGO, 1981, 89).

Se a escola aparece na narrativa romanesca como um cárcere, uma prisão, o engenho aparece como o espaço oposto, a saber; a liberdade. No engenho, Carlinhos era

---

<sup>15</sup> Ibid, 49.

livre, solto, a correr e brincar no rio, na mata e com os moleques do eito. Já na escola, o mesmo menino era um confinado, um detento, a mercê da ira do diretor escolar. Daí porque o estudante neto de senhor de engenho assim relaciona os dois espaços (engenho e escola): “se me dessem um dia: - Você não voltará mais para o colégio – me dariam uma notícia de libertação”<sup>16</sup>. Aqui o *confronto espacial* entre Santa Rosa e I.N.S.C aparece nitidamente; cada uma destas espacialidades são forjadas com significados antagônicos.

Parece que a função do espaço escolar em “Doidinho” é justamente a de servir como um oposto, um Outro do Bangüê do coronel Zé Paulino. José Lins do Rego aparenta ter desenhado uma espacialidade que se constitui como um espelho deformado do engenho; vê-se a escola como tudo aquilo que o Santa Rosa não é. É pertinente aqui apontar que o próprio Zé Lins, em um texto de 1919, publicado no Diário do Estado, jornal da Paraíba, já valia-se da noção de prisão para caracterizar a escola em que estudara. Em um artigo intitulado “recordação feliz”, onde relembra saudosamente o período em que estudava no colégio “Pio X”, assim se expressa o futuro romancista paraibano; “agora depois de três anos de ausências, de volta à encantadora Paraíba, procurei, ansiosamente, ouvir os divinos sons daquelas palavras ligeiras e sentimentais, que dantes choravam o meu *cativeiro de estudante*”<sup>17</sup>.

Assim, mesmo fora da narrativa romanesca ou literária, José Lins do Rego já aparenta conceber o espaço escolar como uma prisão, um cativeiro para amansar meninos. Embora já adulto se diga saudoso dos tempos de escola, tal sensibilidade não o impede de relacionar colégio e cativeiro, escola e prisão.

Ainda sobre a construção simbólica da escola como um cárcere, é interessante mostrarmos a figura do diretor escolar, o seu Maciel. Coerente com a construção espacial do colégio, o diretor deste surge como um carrasco, tirano, malfeitor, opressor. Logo no primeiro contato com Maciel, o narrador-personagem já fixa um sentido para o dono da escola: “pareceu-me ai o diretor uma figura de carrasco. Falava como se estivesse sempre com um culpado na frente, dando a impressão de que estava sempre pronto a castigar”<sup>18</sup>. A figura do diretor autoritário e intolerante é mobilizada para forjar a imagem do professor de Carlos.

A prática pedagógica de Maciel, baseada no castigo pela palmatória, espalhava o terror na escola. Daí porque os alunos viviam tensos e acanhados no espaço escolar. O narrador-personagem chega até a comparar o diretor com Napoleão: “o seu Maciel seria

---

<sup>16</sup> Ibid, p. 29.

<sup>17</sup> Ibid. p. 45.

assim cruel, sem pena de ninguém, como aquele Napoleão”<sup>19</sup>. Tal como o grande imperador francês, o diretor do I.N.S.C infligia medo em todos, tendo uma ação devastadora e destruidora. No período de férias, quando não tinha estudantes para castigar, seu Maciel mudava até de fisionomia. Alegrou-se. Porém, no retorno das aulas “recuperava dessa maneira sua odiosa fisionomia de tirano, de cruel extirpador de vontade, de amansador impiedoso de impulsos os mais naturais”<sup>20</sup>.

Sobre Maciel ainda, o romance traz um episódio bem interessante e significativo da posição política de José Lins. Tudo começa com a chegada de um novo aluno na escola. Um estudante já de idade mais avançada do que a maioria das outras crianças. Chamava-se Elias e tinha 18 anos de idade. Em uma certa manhã, quando Elias recusou-se a se levantar para receber um “bolo de palmatória” na mão, agarra-se com Maciel, e os dois “rolam pelo chão, feitos bichos”. Mesmo o diretor sendo essa figura autoritária e despótica, o narrador-personagem coloca-se a favor dele, isto é, da ordem, da autoridade:

Quando Elias se grudou com ele, rompendo a ordem da casa, foi ao lado do velho que eu fiquei. A sua resistência ao castigo me parecia uma injustificável insubordinação. Ali todos se submetiam a palmatória. E aquela rebeldia violenta, em vez de me arrastar à admiração, me jogou aos pés do homem que nos tiranizava<sup>21</sup>.

Parece que temos aqui o afastamento da possibilidade de revolução ou de mero questionamento da ordem constituída. O narrador-personagem mostra-se ao lado do diretor. Por mais que seu Maciel seja um tirano, castigador implacável de crianças, representava a ordem, a qual deveria ser respeitada.

Em um texto de 1924, publicado na Era Nova, revista paraibana, significativamente intitulado “carta de uma geração aos srs. Gilberto Freyre e Jackson de Figueredo”, Zé Lins manifesta todo seu apoio ao “espírito de ordem”, vide sua adesão as posturas políticas dos dois intelectuais citados no título do artigo<sup>ix</sup>. Falando sobre esses dois indivíduos, diz; “tudo o que os srs. fizeram pelo Brasil foi melhor que o sangue derramado”<sup>22</sup>. O sangue derramado parece simbolizar aqui a revolução, ou processos revolucionários que, na ótica de Zé Lins, nem sempre trazem benefícios para o país. E mais na frente, o autor de “Doidinho” deixa mais clara ainda sua posição e identidade política:

---

<sup>18</sup> Ibid. p. 5

<sup>19</sup> Ibid. p. 16

<sup>20</sup> Ibid. p. 67.

<sup>21</sup> Ibid. p. 72.

<sup>22</sup> REGO, José Lins. **Ligeiros Traços**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007., p. 271.

Porque, afinal de contas, o nosso único destino é o destino de homens rurais. Não somos nem militaristas, nem positivistas, nem democratas, nem futuristas. Somos senhores de engenho, fazendeiros e católicos apostólicos romanos. Fugindo daí estamos de braço com a anarquia, porque fugimos de nossa verdadeira vocação<sup>23</sup> x

Desse modo, podemos especular que o episódio retratado em “Doidinho” diz muito da posição política, da sensibilidade e identidade do autor deste romance. Desde anos 1920, José Lins colocou-se como um defensor da ordem, da tradição. Como bom representante das elites açucareiras decadentes, encarna o espírito conservador e reacionário de sua descendência social, mesmo sendo um bacharel em Direito. Mas, depois dessa digressão, voltemos ao nosso objeto, a construção simbólica do espaço escolar no romance de Zé Lins de 1933.

Para fecharmos os significados mais importantes da feitura simbólica do I.N.S.C, resta-nos mostrarmos que na própria narrativa do segundo romance de Lins do Rego marca-se um contraponto entre engenho e escola, que é o que estamos chamando de *confronto espacial*.

Nos primeiros dias no internato escolar, algo chama a atenção do estudante neto de senhor de engenho. Trata-se do nome pela qual era chamado pelos funcionários da escola. Vejamos uma passagem:

Era a primeira vez que me chamavam assim (Carlos de Melo), com o nome inteiro. Em casa, era Carlinhos, ou então seu Carlos, para os mais estranhos. Agora, era Carlos de Melo. Parecia que era outra pessoa que eu criara de repente. [...] O Carlos de Melo que me chamavam era bem outra coisa que o Carlinhos do engenho<sup>24</sup>

No próprio nome da criança, já está inscrita a nova realidade espacial; no engenho, Carlinhos, enquanto que na escola era apenas Carlos de Melo. Há aqui a oposição entre pessoalidade e impessoalidade, onde o Santa Rosa é identificado junto com o primeiro, ao passo que o I.N.S.C ligado ao segundo. No próprio chamativo nominal do neto de José Paulino, se insinua a diferença entre os espaços sociais, se desenha um confronto entre engenho e escola.

A diferença e a oposição entre os espaços aparecem novamente na fala do seu Maciel, que repreende severamente os maus comportamentos de Carlos de Melo; “seu doudo, quer fazer do meu colégio bagaceira de engenho! Está muito enganado”. E mais uma vez, quando o ex-menino de engenho recusa-se a participar do desfile escolar; “você pensa que isto aqui é o engenho do seu avô?!”<sup>25</sup>. Tais palavras de Maciel, apresentadas

<sup>23</sup> Ibid. p. 275.

<sup>24</sup> REGO, José Lins. **Doidinho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981, p. 6.

<sup>25</sup> Ibid. p. 52.

pelo narrador-personagem, vão forjando a escola como um espaço radicalmente diferente do Bangüê do coronel Zé Paulino, que não admite certas praticas aceitas no Santa Rosa.

E o contraste espacial entre escola e engenho vai aumentando ao longo da narrativa romanesca de “Doidinho”. Desta vez, o contraste é dado pelas negras que trabalhavam na escola, das quais diz assim o narrador-personagem:

O diabo da negra me arrastava para a cozinha, e enquanto lavava os pratos ia batendo com a língua, contando os seus casos. Em tudo mostrava seu ódio aos brancos. Como era diferente das negras do Santa Rosa – da vovó Galdina, da tia Generosa, para quem os seus brancos eram as melhores cousas do mundo!<sup>26</sup>

Agora é o elemento negro, que no engenho vivia em harmonia e intimidade com os brancos, numa “camaradagem ética de gente criada e crescida na mesma terra”<sup>27</sup>, que traz a diferença espacial. Na escola, negro odiava branco, um queria mal ao outro, enquanto que no engenho os dois viviam juntos, como uma grande comunidade humana.

De fato, o narrador-personagem coloca a escola como um espaço de laços sociais fracos e pouca intimidade entre os moradores, bem diferente do Santa Rosa. Uma passagem que retrata o momento de refeição entre os administradores da escola (Maciel, Coelho e Emilia) constrói a escola como um espaço de fraca interação humana: “A sala vazia, os quartos com as camas de vento fechadas, na mesa de jantar – D. Emilia, o diretor e seu Coelho, com uma pequena família cujos membros não se dessem, pois havia um silencio fechado do começo ao fim das refeições”<sup>28</sup>. Podemos especular que, ao retratar essa cena, José Lins está com a casa grande na mente, estabelecendo a diferença da escola com este espaço, o qual é marcado pelas interações humanas, conversas e risadas na hora das refeições.

Portanto, parece que em tudo a escola vai se divergindo do engenho. As pessoas, as refeições, as amizades, os tratamentos e, sobretudo, os espaços são destoantes e, em muitos aspectos, antagônicos. O romance de 1933 fabrica a escola como um espaço-prisão, dirigido por um tirano, por uma figura que impõe terror e medo. Daí porque Carlos de Melo diz que “a liberdade licenciosa do engenho sofria ali dolorosas imputações”<sup>29</sup>. Já o engenho aparece como o Outro do I.N.S.C; espaço da liberdade, da diversão, da interação humana, da união. Por isso, quando chega perto do Santa Rosa, Carlos de Melo diz “já avistar a terra da promessa”<sup>30</sup>. O engenho seria um espaço de redenção.

<sup>26</sup> Ibid. p. 57.

<sup>27</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1943, 23.

<sup>28</sup> REGO, José Lins. **Doidinho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981, p. 50.

<sup>29</sup> Ibid. p. 8.

<sup>30</sup> Ibid. p. 89.

Depois de passar pela prisão, Carlos encontraria a redenção no Santa Rosa, seu reino encantando de meninice.

Embora trate da escola, a impressão que o romance de 1933 nos deixa é que o foco ainda é o engenho, o Santo Rosa. A pretexto de falar da escola, parece que José está na verdade falando do engenho, na medida em que mostra a radical diferença entre banguê do coronel Paulino e I.N.S.C de Maciel. A construção simbólica do colégio como uma prisão, como um cárcere dirigido por um tirano castigador, aparenta cumprir a função de oposto do engenho, identificado como tudo aquilo que a escola não é. A oposição entre engenho e espaço vem, pois, ainda para a glorificar aquele, para mostra-lo como espaço superior em relação a outros espaços. Tal como nos sugere a ilustração de abertura do romance, o engenho ainda está no plano principal.

Como esperamos ter demonstrado, são sentidos opostos que José Lins mobiliza em seu romance de 1933 para forjar dois espaços. É nesse sentido que pensamos existir, entre o engenho e a escola, um confronto espacial. São espaços construídos com significados diferentes, os quais instituem imagens destoantes. Porém, não basta apenas pontuarmos esse confronto espacial. É necessário tentarmos uma explicação histórica dessas construções espaciais; por que Zé Lins, em “Doidinho”, realiza essa feitura simbólica dos espaços? Que explicação podemos oferecer para a construção simbólica da escola como prisão?

### **Considerações finais;**

Antes de tudo, pensamos que para oferecermos uma explicação dos significados que José Lins mobiliza para tecer de uma dada maneira os espaços da escola e do engenho demanda um estudo que ultrapassaria as intenções deste texto que estamos prestes a finalizar. No entanto, como historiadores que lidam com *representações espaciais*, é fundamental colocarmos a pergunta do por quê de certos sentidos e imagens para determinados espaços. Ainda que expor a dimensão simbólica dos espaços seja importante, mais fundamental ainda é explicá-las historicamente. Nesse sentido, para finalizarmos nosso texto, arriscamo-nos a apresentar alguns elementos que podem explicar a feitura simbólica dos espaços em “Doidinho”, romance de José Lins do Rego de 1933.

O ciclo da cana de açúcar, conjunto de romances de Zé Lins que ficionam o apogeu e a decadência do patriarcado canavieiro da zona da mata nordestina, contém diversas espacialidades. O engenho do menino, do bacharel em direito e dos senhores de engenho de “Fogo morto” (1943), a escola do estudante Carlos de Melo, o Recife do

Moleque Ricardo e a usina de Juca aparecem nos romances que compõem aquele ciclo. Dessas quatro espacialidades, apenas uma é valorizada, é enaltecida e exaltada pelo romancista paraibano. A escola, a cidade e a usina são construídas artisticamente pelo literato sob diversos signos negativos. O que nos leva a pensarmos que Zé Lins ojeriza e negativiza tais espacialidades, ao passo que glorifica o engenho.

A partir do crítico literário Roberto Ventura, podemos inferir que, desde o final do século XIX, existiu na cultura literária brasileira o que podemos chamar de uma “literatura de engenho saudosa”, isto é, diversos romances e autobiografias que se baseiam em uma saudade do engenho. Desde “Minha formação” de Joaquim Nabuco, diz-nos Ventura, reverberam na literatura nacional livros que glorificam o engenho, que exaltam a vivência neste espaço e cantam sua superioridade em relação a outros espaços, sobretudo o cidadão<sup>31</sup>. O engenho seria um espaço encantado, de experiências autênticas, marcado pela harmonia social e contato com a natureza. No engenho, a felicidade seria fácil de se conseguir. Em uma palavra, a vida seria melhor.

Essa “literatura de engenho saudosa” aparece em diversos autores nacionais, a partir do final do século XIX. Joaquim Nabuco, Silvio Romero, Oliveira Lima, Mario Sette, Gilberto Freyre, Julio Bello, entre outros. José Lins parece fazer parte dessa cultura literária. Aparenta continuá-la nos seus diversos romances, na medida em que o engenho é sempre exaltado nos seus livros. É significativo que o romancista paraibano tenha elogiado, diversas vezes, nomes como o de Joaquim Nabuco, Gilberto Freyre e Julio Bello. Do primeiro, escreveu vários ensaios elogiosos<sup>32</sup>, em dos quais se lê “*minha formação* é um livro capaz de salvar uma geração de fim de regime”. De Freyre, é notória já sua admiração, o que vale também para Julio Bello, do qual fez o prefácio do livro “memórias de um senhor de engenho”<sup>33</sup>.

E é reconhecida, embora não problematizada, a saudade que Zé Lins nutria pelo engenho, isto é, pelo tempo e a sociedade patriarcal. O próprio literato, quando se solicitou em 1947 dele uma auto-descrição, se auto-definiu com um indivíduo saudoso, que “se chove, tenho saudades do sol, se faz calor, tenho saudades da chuva”<sup>34</sup>. Mas sua saudade não é tanto de fenômenos naturais quanto de épocas e realidades precisas. Em uma crônica denominada de “Nordestinas”, presente no livro “Bota de Sete Léguas” de 1952, José Lins retrata sua viagem pelo estado da Paraíba:

<sup>31</sup> VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**: História cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, 125-126.

<sup>32</sup> REGO, José Lins. **O vulcão e a fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958, p. 150-152, 154-157, 159-151.

<sup>33</sup> BELLO, Júlio Celso de Albuquerque. **Memórias de um senhor de engenho**. 3a. ed. Recife: FUNDARPE - Diretoria de Assuntos Culturais, 1985, p. XIX – XX.

<sup>34</sup> REGO, José Lins. **Doidinho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981, p. 25.

Vim encontrar a Paraíba em paz. [...] Sobrou-me o Itapuá, moendo o bastante para contentar as minhas saudades de “menino de engenho”. O cheiro da bagaceira, a fumaça doce da “casa de caldeiras”, o gemer dos carros de boi, deram-me um tempo perdido em corpo inteiro. Senti-me do passado, dos tempos do meu avô, como se fosse o Dedé do Moleque Ricardo. E assim a vida do quarentão meio murcho recobrou o viço dos dias de novilho solto, de canga e corda. [...] O saudosista sabe que está a ver de perto os últimos suspiros de um mundo que se vai<sup>35</sup>.

Pensamos que duas coisas podem ser apontadas aqui. Primeiro, a consciência e sensibilidade saudosa. Como dissemos, Lins do Rego teve sua subjetividade marcada por um forte saudosismo, o qual está também presente em seus romances. É a saudade que persiste no escritor que o faz recorrer tanto a memória, a se alimentar desta como que um alimento para sua existência enquanto romancista. Segundo, o objeto de sua saudade não é outro que não os tempos do Banguê senhorial nordestino. Não é tanto de sua infância em si, dos prazeres e experiências infantis que Zé Lins sente saudade, mas da própria sociedade tradicional, rural e hierárquica do engenho. De todo o universo social ligado a sociedade patriarcal. Por isso fez tanto “livros de memória”.

Por fim, julgamos que esse saudosismo de José Lins deve ser pensado como uma força criativa, como algo que impulsiona a produção. Um saudosismo criativo, e não um saudosismo que leva a inação, a paralisia. Tal como Gilberto Freyre, que diz ter feito da saudade seu “método interpretativo um tanto sociológico mas sobretudo psicológico do passado-presente-futuro de um povo”<sup>36</sup>. Zé Lins parece ter tomado também a saudade como algo motivador, como a lente pela qual observa e retrata as coisas, a realidade, o passado patriarcal.

O próprio José Lins, no seu livro “presença do Nordeste na literatura brasileira”, espécie de defesa da literatura regionalista nordestina, elenca uma série de autores que teriam extraído da saudade a força para escrever e produzir suas obras. Assim, disse de Gonçalves Dias que “as saudades foram as suas raízes emotivas e o artista soube erguer a sua obra com o sangue de sua veias e a carne do seu corpo”<sup>37</sup>. E também de Joaquim Nabuco, cujo “Massangana ficou para ser uma maravilha de prosa banhada pelas lágrimas de uma saudade de grande coração”<sup>38</sup>. Para Zé Lins, tal como em Gonçalves Dias e Nabuco, a saudade também agiu em Freyre, o qual “trazia para a nossa vida

<sup>35</sup> REGO, José Lins. **Bota de sete léguas**. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1952, I-II.

<sup>36</sup> FREYRE, Gilberto. **Tempo Morto e Outros Tempos** - Trechos de Um Diário de adolescência e primeira mocidade. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975, XII.

<sup>37</sup> REGO, José Lins. **Presença do Nordeste na literatura**. Ministério da educação e cultura: serviço de documentação. Sem data, p. 09.

<sup>38</sup> Ibid. p. 17.

literária a paixão de um jovem que, longe da pátria, tivesse descoberto, pela saudade e pela intuição genial de observador, a sua região”<sup>39</sup>.

Dessa forma, pensamos que José Lins acredita na força da saudade como um elemento criador, que impulsiona a criação intelectual. A saudade como uma maneira de encarar a vida, o tempo, as sociedades, sendo capaz de favorecer determinadas abordagens. O indivíduo saudoso teria uma certa maneira de observar as coisas, favorecido pelo apego a um determinado objeto, pela ligação afetiva com dada realidade.

Ivone Gebara, em livro sobre a saudade, também mostra-nos a saudade como uma maneira de enxergar, de dotar de sentidos as coisas. Ligado a um passado tópico ou atópico, ou a qualquer outro objeto, a saudade seria responsável por um certo embelezamento, por um visada idealizada, por tingir a realidade de cores agradáveis:

Pessoas saudosistas, apegadas ao passado, filtram, por razões mais ou menos desconhecidas, pedaços belos do passado, memórias embelezadas e passam a desejá-los de volta, como se eles contivessem uma qualidade de vida superior à monotonia ou ao limite do presente. Assim, a saudade parece trazer de volta o passado modificado, transformado, embelezado, passado que serve de referencia e alimento ao presente, quando no presente a fome de sentido e de afeto parece grassar<sup>40</sup>.

Acreditamos que tal citação se presta bastante para pensarmos a obra do romancista paraibano José Lins do Rego, literato que fez do engenho, da sociedade patriarcal todo um embelezamento que se torna até difícil não sentir saudade. Indivíduo saudoso, Zé Lins fez do objeto de sua saudade, a sociedade patriarcal, um universo social superior a sociedade burguesa, e que deveria ser não só retratado, mas sobretudo preservado. Cumpre ressaltarmos que essa saudade dos tempos de engenho não é somente algo do sujeito José Lins, mas sim de todo um grupo social que, no final do século XIX e início do XX, via seus espaços serem detonados pelas transformações sociais, econômicas e políticas da sociedade brasileira. Como nos lembrou Durval Muniz, “a saudade também pode ser um sentimento coletivo, pode afetar toda uma comunidade que perdeu suas referencias espaciais ou temporais”<sup>41</sup>.

Portanto, imaginamos que a tradição literária que chamamos de “literatura de engenho saudosa” e o saudosismo de José Lins do Rego podem oferecer um caminho explicativo para a construção simbólica da espacialidade escolar. Vinculado literariamente

<sup>39</sup> José Lins. **O vulcão e a fonte**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958, p. 55.

<sup>40</sup> GEBARA, Ivone. **O que é saudade**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2010, p. 24-25.

<sup>41</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4 Ed. São Paulo: Cortez; Recife: Massangana, 2009, 78.

e saudosamente ao engenho, Zé Lins não valoriza outros espaços de vivência que não o Banguê. O modelo ideal de sociedade que tem não advém do meio urbano, as relações sociais que valoriza vem do espaço rural. Assim, o espaço escolar não pode ser valorizado por Lins do Rego, o qual continua uma série de discursos que faz um elogio da sociedade do Banguê e nutre uma forte saudade por este espaço, por esta sociedade. Tudo que não se insere no universo rural patriarcal, que vem de espaços urbanos e relações sociais burguesas é rechaçado pelo autor de “menino de engenho”. Fiel a este espaço, Zé Lins negativiza os outros espaços, retrata-os para criticar, para glorificar o engenho, como faz em “Doidinho”.

<sup>i</sup> Trecho de um artigo reproduzido sem data em MARTINS, Eduardo. **José Lins do Rego: o homem e a obra**. Secretaria de educação e cultura, João Pessoa, Paraíba, 1980. Provavelmente trata-se de um artigo de Abril de 1934, a confiar em Gastão Cruls, diretor da revista Boletim de Ariel e editor do segundo romance de José Lins: “Realmente Doidinho aparecido em outubro de 1933 mereceu uma série enorme de artigos publicados no Boletim de Ariel: em Novembro de 1933 um artigo de A.F Schmidt, em Janeiro de 1934 outro artigo de Cavalcanti Freitas[...] em Abril um de Arthur Coelho”.

<sup>ii</sup> Escritor e editor carioca (1906-1965), muito ligado ao grupo modernista do eixo Rio-São Paulo. Foi o primeiro editor do livro de Gilberto Freyre, Casa grande & Senzala. Além deste, editou também livros de Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Jorge Amado, entre outros.

<sup>iii</sup> Critico literário, lexicógrafo, filólogo e ensaísta alagoano (1910-1989). Junto com outros intelectuais de Maceió, teve grande amizade com José Lins do Rego.

<sup>iv</sup> Critico literário e jornalista alagoano (1912-1982). Foi um dos grandes amigos de José Lins, companheiro de roda literária e de jogos de futebol, quando conviveram no Rio de Janeiro (ambos torciam pelo Flamengo). Foi ainda, junto com Alberto Passos Guimarães, fundador da revista “Novidades”, órgão fundamental para a divulgação do Modernismo e do movimento Regionalista-Tradicionalista de 1926, em Maceió no final dos anos 1920 e início de 1930.

<sup>v</sup> No “cartão de visita” da revista Novidade, vemos o seguinte objetivo: “A nossa geração tem um destino a cumprir: vencer primeiramente os erros da outra e passar adiante; como no programa de Psichari, apurar os defeitos e as virtudes de nossos países, buscando no exemplo do passado aquelas como que marcas de passos que Nabuco dizia ser dever dos bons países deixarem pela vida para orientar os filhos. E – aproveitando a imagem admirável dum ensaísta brasileiro – juntar, pedaço a pedaço, os restos do crucifixo quebrado pelo avô Renan”. Como se vê, o ideal de renovação ancorado na observação do passado, marcar profundamente o objetivo do periódico.

<sup>vi</sup> Luís Inácio de Miranda Jardim (1901-1987) foi um intelectual desenhista e escritor pernambucano. Amigo de José Lins, Osório Borba, Gilberto Freyre e Joaquim Cardozo, ilustrou livros de diversos regionalistas, como José Lins do Rego, Gilberto Freyre e Rachel de Queiroz.

<sup>vii</sup> Já percebemos aqui também o contraponto entre dormir na escola e dormir no Santa Rosa. Porém, deixaremos esta análise um pouco mais para frente.

<sup>viii</sup> Interessante apontarmos que a 21ª edição, com a qual trabalhamos, é ilustrada pelo amigo de José Lins, o pintor Luís Jardim. As imagens deste ao longo do livro vão elas também instituindo a escola como um espaço de prisão, de sofrimento e reclusão, vide as imagens de palmatória, de sofrimento, de indecisão, entre outras que abundam na edição do presente romance.

<sup>ix</sup> Jackson de Figueiredo (1891-1928) foi intelectual sergipano, assumidamente católico e reacionário. Bacharel em Direito pela Faculdade da Bahia, exerceu o lugar de jornalista, professor e ensaísta. Fundou o centro Dom Vital e o jornal A Ordem, no Rio de Janeiro, nos anos iniciais da década de 1920. Seus textos dos anos 1920 estão reunidos no livro “A literatura reacionária” e “a reação do bom senso”.

<sup>x</sup> Em uma carta enviada a Freyre em 30 de Setembro de 1924, mesmo ano deste texto, diz Zé Lins que “estou me preparando para tomar conta do engenho. Para o ano serei finalmente senhor de engenho”.